

Escreva o nome da Escola, do distrito ou Região Autónoma em que se insere e a Sessão em que participa (Básico ou Secundário). O projeto de Recomendação tem de respeitar os seguintes limites de texto: exposição de motivos – 3300 caracteres (incluindo espaços); cada medida – 850 caracteres (incluindo espaços). Confira estes limites no seu texto antes de copiar e colar nos espaços previstos.

Identificação da Escola:Colégio Liceal de Santa Maria de Lamas
Círculo:Aveiro
Sessão:Distrital

Projeto de Recomendação:

Exposição de motivos:(considerações ou argumentos que justificam ou enquadram as medidas propostas)

Tendo como referência a crise demográfica atual, as nossas preocupações abarcam a qualidade de vida e bem-estar da população sénior, bem como a renovação de gerações da população portuguesa.

Em primeiro lugar, por assumirmos, à semelhança de qualquer organização internacional de direitos humanos, que toda a pessoa tem direito à assistência médica e aos serviços sociais necessários, à segurança na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade.

A este propósito chamamos a atenção para o facto de Portugal ter cerca de dois milhões de habitantes com mais de 65 anos, número que representa 19% da população do país e que, segundo um estudo da Universidade de Oxford, prevê-se que no ano 2050, 80% da população portuguesa seja dependente e envelhecida.

Em segundo lugar, tendo em conta que a crise tem afetado a possibilidade de muitos jovens prosseguirem com os seus estudos - veja-se a este propósito o resultado do inquérito da Comissão Europeia onde se revela que Portugal é o país da UE onde existe maior número de desistências dos cursos por esse facto – consideramos fundamental que o Estado atenda à sua função de garantir a todos os cidadãos, segundo as suas capacidades, o acesso aos graus mais elevados do ensino e da investigação científica patente no art. 74º da CRP

E por fim, considerando os incentivos à natalidade insuficientes, o adiamento da maternidade, sobretudo devido à dificuldade em obter estabilidade profissional, a incompatibilização da educação dos filhos com a realização profissional e a hora de escolher uma creche, de facto, além de ser um peso acrescido para o orçamento familiar é, por vezes, difícil encontrar uma com horários compatíveis com o trabalho dos encarregados de educação.

Posto isto, deixamos à consideração as seguintes medidas:

Medidas propostas: (redigir com clareza e objetividade, sem alíneas)

Escreva o nome da Escola, do distrito ou Região Autónoma em que se insere e a Sessão em que participa (Básico ou Secundário). O projeto de Recomendação tem de respeitar os seguintes limites de texto: exposição de motivos – 3300 carateres (incluindo espaços); cada medida – 850 carateres (incluindo espaços). Confira estes limites no seu texto antes de copiar e colar nos espaços previstos.

1. Progressiva substituição do internamento (lares, casas de repouso, ...), por um apoio continuado domiciliário aos agregados familiares envelhecidos, para que os nossos idosos não vivam num ambiente pesado de espera da morte que os tornam porventura ainda mais decrépitos. Considerando que o Estado Português apoia o internamento num lar em cerca de 350€/mês e que este custa em média 1100€/mês, propomos que esse montante fosse investido contratualizando um serviço domiciliário, privado ou público, distribuído e organizado ao localmente.

2. Alteração do regulamento das bolsas do ensino superior de forma a permitir aos bolseiros uma estadia na habitação de um agregado envelhecido. A partilha de casa seria benéfica para ambas as partes, estudantes e idosos dividiriam os acréscimos de gastos, nomeadamente energéticos, de água e outros bens, desta forma, combatia-se a falta de financiamento dos estudantes, o abandono escolar subsequente e a solidão e falta de afecto dos idosos.

3. Nos casos em que a profissão permita a flexibilização do horário laboral pretendemos fomentar o teletrabalho para mulheres durante o seu período de gravidez. Após a licença de maternidade, criar condições para que a jovem mãe possa, se assim o entender, desempenhar o seu cargo num regime flexível ou em part-time, visto que é nos primeiros anos de vida que a dependência mãe-filho é maior. Por fim, pretendemos que seja considerada a atribuição de incentivos fiscais às empresas que invistam numa creche intra-empresa, permitindo melhores condições de trabalho para os pais.